



## Recuperação ambiental pode ter alto custo

Especialistas ouvidos em debate na CRA advertem que recomposição de áreas degradadas, prevista no Código Florestal, traz alto impacto aos cofres públicos

**D**ebatedores alertaram, na tarde de sexta-feira, em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para os elevados custos econômicos da recomposição ambiental de áreas produtivas, uma das medidas em discussão na reforma do Código Florestal. O procurador

da Fazenda Nacional Luís Carlos Silva de Moraes lembrou que a manutenção do meio ambiente não é favor, mas uma necessidade pública. Citou, porém, estimativas de que só o custo de mudas nativas, que seriam dadas pelo governo aos proprietários rurais, passaria dos R\$ 380 bilhões. **3**

Senadora Ana Amélia, entre os participantes da audiência pública de sexta-feira: proposta do Código Florestal recebeu críticas, entre outras razões, por exigir elevados custos econômicos para atender às metas de recuperação ambiental



Waldemir Barreto/Senado Federal

## O Acre e a Integração da Amazônia

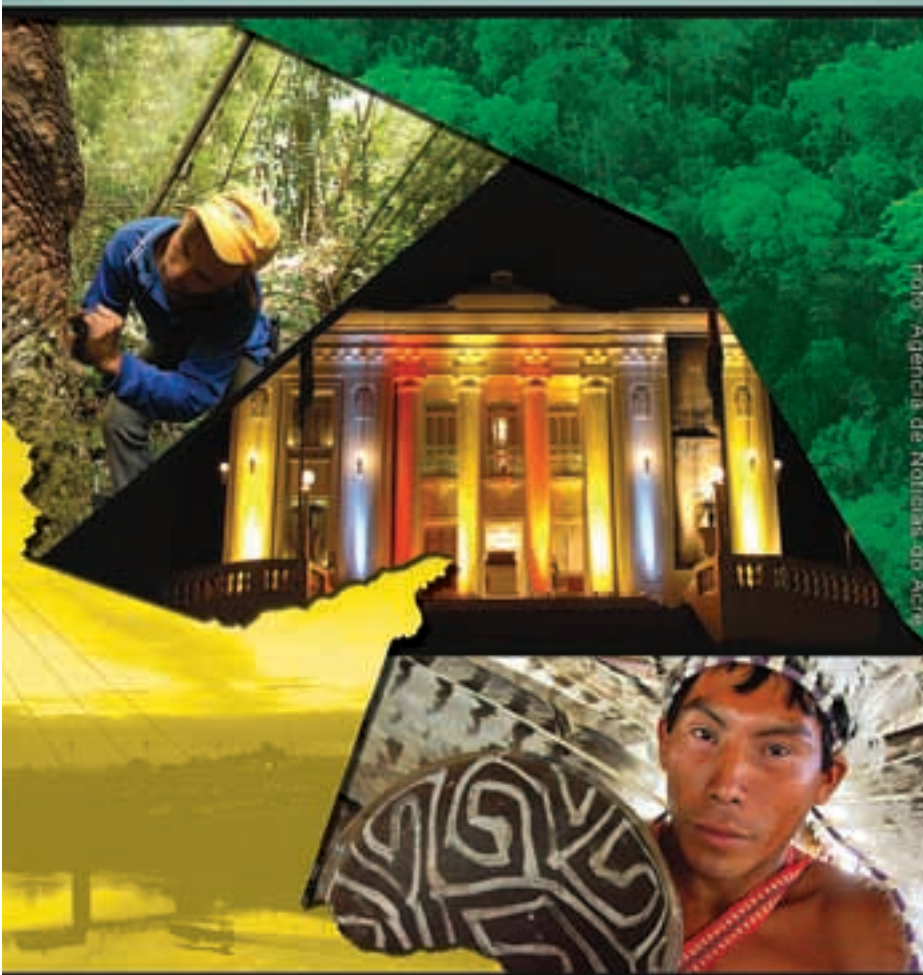


Foto: Agência de Notícias do Acre

Debate ao vivo com os senadores:

Anibal Diniz (PT), Jorge Viana (PT) e Sergio Petecão (PMN)

8 de agosto, segunda-feira, às 21h30 na TV Senado

Assunto do Estado

Participe pelo Alô Senado  
0800 612211

www.senado.gov.br/alosenado

Twitter: @tvsenado

15 ANOS

## MP do Microempreendedor tranca pauta

Medida provisória reduz de 11% para 5% a alíquota paga pelo microempreendedor indi-

vidual sobre o piso do salário de contribuição para a Previdência Social. **3**

## Pela Ouvidoria, cidadãos criticam recesso parlamentar **2**



Gerardo Magela/Senado Federal

## Anibal elogia religiosos que dedicam vida ao povo do Acre

trabalhos comunitários e sociais do arcebispo dom Moacyr Grechi e do pároco Paulino Baldassari foram exaltados por Anibal Diniz. **4**



Gerardo Magela/Senado Federal

## Plano federal de incentivos à indústria divide senadores

Cristovam Buarque (acima), Acir Gurgacz (abaixo) e Paulo Paim analisaram as medidas anunciadas na semana passada pelo governo. **4**



Gerardo Magela/Senado Federal



No primeiro mês de atividade do novo órgão do Senado, reclamações dos cidadãos respondem por quase 27% dos casos. Interrupção das atividades foi questionada

# Ouvidoria recebe queixas sobre paralisação para o recesso de julho

MENSAGENS NA CATEGORIA "reclamações" predominaram no balanço das comunicações recebidas pela Ouvidoria do Senado em julho, seu primeiro mês de atividade. Elas corresponderam a 26,96% das 101 mensagens, que chegaram por diversos canais. A maioria se enquadra no tema "processo legislativo", entre elas comunicações em que cidadãos comentam e questionam a interrupção dos trabalhos legislativos durante o recesso parlamentar.

Também chegaram à Ouvidoria sugestões (20,22%), críticas (19,10%), solicitações (17,97%), elogios (12,35%) e denúncias (3,37%). Quanto aos assuntos abordados, o concurso para o Senado foi um dos temas que despertaram interesse, com sugestões e pedidos de informação sobre a futura seleção para provimento de cargos.

Para o ouvidor, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), não surpreende que a maioria das mensagens seja de reclamações. Segundo o parlamentar, como as demais instituições públicas, o Legislativo requer aperfeiçoamentos.

– Reclamações e críticas construtivas são válidas para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à população, e nós precisamos delas – afirmou Flexa Ribeiro.

## Segurança pública

As mensagens dentro do assunto "processo legislativo" incluem abordagens sobre projetos de lei em tramitação na Casa, para apoio ou crítica. Foram citados, entre outros, projetos na área de segurança pública, como a proposta destinada a agravar o regime de cumprimento de pena pela prática de crime hediondo (PLS 90/11), de autoria de Ciro Nogueira (PP-PI).

Há ainda registros sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC 20/99) que pretende reduzir para 16 anos a idade para imputabilidade penal.

– Isso nos mostra que o bra-



Flexa: "Críticas são bem-vindas, precisamos delas para melhorar"

## Canais de diálogo

Formas de contato com a Ouvidoria-Geral do Senado

- Portal da Ouvidoria** ([www.senado.gov.br/ouvidoria](http://www.senado.gov.br/ouvidoria))
- Carta** (Senado Federal – Anexo II – biblioteca – térreo – sala da Ouvidoria)
- Telefone** (Alô Senado: 0800 612211, escolher a opção "Fale com a Ouvidoria")
- Preenchimento de **formulários** distribuídos pela Ouvidoria

sileiro está interessado em conhecer o processo legislativo, acompanhar a tramitação dos projetos, cobrar celeridade e sugerir ideias para novos projetos. O cidadão está cada vez mais participante – comentou o senador.

Por meio da Ouvidoria, qualquer cidadão pode registrar críticas, sugestões, reclamações, elogios e denúncias relacionadas às atividades do Senado. É possível, por exemplo, criticar a demora para aprovação de projetos, sugerir temas de projetos de lei, denunciar irregularidades e elogiar boas iniciativas do Senado ou de senadores.

# Congresso reverencia memória de Itamar Franco na quarta-feira

Em reverência à memória do senador e ex-presidente da República Itamar Franco, morto em 2 de julho, aos 81 anos, com leucemia, o Congresso realiza sessão solene quarta-feira, às 10h, no Plenário do Senado.

Nascido em 28 de junho de 1930, Itamar fez sua carreira em Minas Gerais. Ingressou na política em 1958, filiando-se ao PTB. Durante o regime militar, destacou-se no MDB.

Foi eleito senador em 1974 e reeleito em 1982, permane-

cendo no Senado até 1989, quando concorreu a vice-presidente na chapa de Fernando Collor. Como presidente da República (1992-1994) – após o *impeachment* de Collor –, lançou o Plano Real.

Fernando Henrique Cardoso, seu ministro da Fazenda, o sucedeu na Presidência. No governo FHC, Itamar foi embaixador em Portugal e, posteriormente, na Organização dos Estados Americanos, em Washington.

Em maio de 2009, filiou-se ao



Lia de Paula/Senado Federal

Ex-presidente, Itamar exercia seu terceiro mandato de senador

PPS e foi novamente eleito para o Senado em 2010. Foi também prefeito de Juiz de Fora (MG) por duas vezes e governador de Minas Gerais.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Segunda-feira

### Plenário Fundação da Paraíba

14h No período do expediente, o Senado comemora os 426 anos de fundação da Paraíba. A sessão é não deliberativa.

### Presidência Presidente do Canadá

13h José Sarney participa de almoço no Itamaraty oferecido pela presidente da República, Dilma Rousseff, em homenagem ao primeiro-ministro do Canadá, Stephen Harper.

### Senado Conhecendo a Casa

9h No ciclo de debates, palestras com representantes da Advocacia do Senado e da Secretaria de Relações Públicas.

### CDH Florestan Fernandes

9h A Comissão de Direitos Humanos debate movimentos sociais e direitos humanos na sociologia de Florestan Fernandes com, entre outros, o presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência, Moisés Bauer.

### CPI Audiência em Salvador

9h A CPI do Tráfico de Pessoas realiza audiência pública em Salvador. Entre os participantes, o secretário de Direitos Humanos da Bahia, Almiro Sena.

### CRE Finanças do pós-guerra

18h Audiência pública sobre os rumos da política externa brasileira (2011-2012) vai discutir o sistema financeiro internacional, do pós-guerra aos dias de hoje.

## Terça-feira

### Amazônia Faixa de fronteira

9h A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira debate o assunto com Djalma Mello, da Sudam, e Luciano Coutinho, do BNDES.

### CAE Engenharia no Simples

10h Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, entre outros projetos, o que inclui os escritórios de engenharia e arquitetura no Simples Nacional.

### CE Estagiários no governo

11h Em exame na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, projeto que regulamenta o ingresso de estagiários na administração pública.

## CMA Auditorias em agências

11h30 Projeto que pede auditoria anual em agências reguladoras está na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

## CCJ Indicados ao STJ

14h Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sabatina dois indicados para o Superior Tribunal de Justiça.

## CDR ZPE para Corumbá

14h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo vota proposta que cria zona de processamento de exportação em Corumbá (MS).

## CMO Votação de créditos

14h30 A Comissão Mista de Orçamento se reúne para votar projetos que autorizam créditos adicionais para ministérios.

## Quarta-feira

### CCT Inovação na comunicação

9h Inovação na comunicação é tema de debate na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

### CAS Ministro Carlos Lupi

10h Ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, comparece à Comissão de Assuntos Sociais para falar das diretrizes e programas da pasta para 2012 e 2013.

### CCJ Novo rito para as MPs

10h Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vota emendas à proposta que altera a tramitação das medidas provisórias no Congresso Nacional.

## Quinta-feira

### CAS Fonoaudiólogos

11h A Comissão de Assuntos Sociais realiza audiência pública para tratar da jornada de trabalho de psicólogos e fonoaudiólogos.

### Saúde Proteção e direitos

14h30 Audiência pública celebra dez anos da lei da proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões

**Plenário:** [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

**Comissões:** [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º vice-presidente:** Marta Suplicy  
**2º vice-presidente:** Wilson Santiago  
**1º secretário:** Cícero Lucena  
**2º secretário:** João Ribeiro\*  
**3º secretário:** João Vicente Claudino  
**4º secretário:** Ciro Nogueira  
**Suplentes de secretário:** Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

## PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Cristovam Buarque • Anibal Diniz

## SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

## AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino  
**Edição:** Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
**Site:** [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# JORNAL DO SENADO

## Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Editores:** José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
**Reportagem:** Cíntia Sasse  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

**Site:** [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
**Tel.:** 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF**  
**CEP:** 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

\* Licenciados





Relator da PEC, Aécio Neves (E), com Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço na CCJ

## CCJ volta a examinar na quarta proposta que muda rito de MPs

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne na quarta-feira para analisar uma pauta com seis itens, entre os quais emendas de Plenário à proposta de emenda à Constituição (PEC 11/11) que altera o procedimento de exame das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.

A proposta, apresentada pelo presidente do Senado,

José Sarney, já foi aprovada na comissão com modificações sugeridas pelo relator, senador Aécio Neves (PSDB-MG). Enviada ao Plenário, a proposta recebeu novas emendas e voltou ao exame da CCJ.

As mudanças no texto começaram a ser discutidas na semana passada. Por falta de acordo, no entanto, foi concedida vista coletiva da matéria.

## Benefício a microempreendedor individual tranca a pauta

O Senado tem prazo até o dia 18 deste mês para votar a medida provisória (MP 529/11) que reduziu de 11% para 5% a alíquota paga pelo microempreendedor individual incidente sobre o piso do salário de contribuição para a Previdência Social. A matéria, relatada por Armando Monteiro (PTB-PE), tranca a pauta.

Transformada em projeto de lei de conversão (PLV 19/11), a MP visa incentivar o aumento do número de microempreen-

dedores no trabalho formal. A redução da alíquota é exclusiva para os segurados que aderiram ao Programa do Empreendedor Individual.

Com a redução, o microempreendedor passou a pagar R\$ 27,25, em vez de R\$ 60,40 (comércio e indústria) e R\$ 65,40 (prestação de serviços).

O microempreendedor individual deve ter receita bruta de até R\$ 36 mil, ser optante do Simples e não ter participação em outra empresa.

## CCT discute comunicação na quarta-feira

A comunicação e as novas tecnologias serão tema de audiência pública quarta-feira na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O evento faz parte da Jornada pela Inovação, série de debates promovidos pelo colegiado como subsídio para a criação de um marco regulatório para o setor.

Os convidados para o debate são o secretário executivo do Ministério das Comunicações, Cezar Alvarez; a chefe da Assessoria de Acompanhamento e Avaliação do Ministério de Ciência e Tecnologia, Fernanda de Negri; o diretor-presidente do Serpro, Marcos Vinícius Ferreira Mazoni; o gerente de Desenvolvimento de Projetos do setor de Tecnologia e Inovação da Siemens, Wikings Marcelo Machado; e o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) José Eduardo Cassiolato.

A audiência pública foi proposta pelos senadores Eduardo Braga (PMDB-AM), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Gim Argello (PTB-DF), Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Ivo Cassol (PP-RO), licenciado.

## Simples Nacional para engenheiros e arquitetos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa amanhã a inclusão de novas categorias de empresas no Simples Nacional. Também deve ser votado projeto que concede acréscimo no valor dos benefícios de aposentados que permanecerem em atividade ou retornarem ao serviço. Após exame da CAE, a proposta será votada em Plenário.

De acordo com o projeto de lei (PLS 90/10 – Complementar), do senador Fernando Collor (PTB-AL), passam a ser incluídos entre os tributados pelo Simples os escritórios de engenharia e arquitetura. O senador Cyro Miranda (PSDB-GO), relator da matéria, incluiu os prestadores de serviços nas áreas de desenho industrial e corretagem de imóveis, e ainda acatou emenda do senador Demóstenes Torres (DEM-GO) incluindo o transporte turístico nesse regime de tributação.

A CAE também deverá votar projeto (PLS 214/07) do senador Paulo Paim (PT-RS) que aumenta os benefícios de aposentadoria pelo Regime Geral da Previdência Social no caso de o beneficiário continuar em atividade.

Na CRA, procurador da Fazenda Nacional afirma que somente para adquirir as mudas de espécies nativas para recuperar áreas degradadas seriam necessários R\$ 380 bilhões

# “Sociedade pagará alto custo da recomposição ambiental”

A CONTA DA recomposição ambiental de áreas produtivas será paga pela sociedade, “ou por meio de tributos, ou pelo aumento de preços dos alimentos”, afirmou o procurador da Fazenda Nacional Luís Carlos Silva de Moraes.

Ele lembrou que, de acordo com a legislação atual, o poder público deve dar as mudas de espécies nativas para recuperar áreas degradadas. Só para isso, seriam necessários R\$ 380 bilhões, disse. Para ele, o novo Código Florestal pode aliviar a situação, mas não vai resolvê-la.

Moraes fez a afirmação durante debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) sobre o projeto de novo Código Florestal (PLC 30/11).

Na audiência, o procurador disse que o Brasil tem 58% de vegetação nativa e que o “grande problema é o que fazer com essa terra”. Moraes citou estudos que mostram que a concentração populacional coincide com as regiões com mais necessidade de recomposição ambiental. Para ele, é preciso “engenharia de produção” e urgência na aplicação de medidas.

Ana Amélia (PP-RS), que requereu o debate, lembrou que um possível êxodo rural em grandes proporções pode prejudicar o consumidor urbano, já que os alimentos e outros pro-

duto primários vêm do campo.

A senadora apresentou a preocupação quando Edson Martins, representante da Confederação Nacional de Municípios (CNM), disse que o atual Código Florestal pode comprometer vários setores do campo – desde a produção de arroz até a criação de búfalos –, que, em algumas situações, estariam hoje ilegais. O representante da CNM disse que, mantida a atual legislação, 5 milhões de pessoas podem migrar para a zona urbana, com grande impacto nos municípios. Martins ainda afirmou que o novo código poderia resolver a situação, trazendo para a legalidade várias atividades rurais.

### Alimentos

O assessor econômico da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) Antônio da Luz afirmou que a demanda mundial por alimentos vai aumentar muito nas próximas décadas e o Brasil “pode ser o diferencial entre o conflito e a paz”, pois tem uma condição rara para produzir.

No Rio Grande do Sul, informou Antônio da Luz, 95% da produção agrícola trabalha

com captação de carbono, que por meios naturais ou artificiais diminui o efeito estufa e o aquecimento global.

O secretário de Agricultura de Rondônia, Anselmo de Jesus, disse que o atual código comete “várias injustiças com o agricultor”, como o limite de exploração de apenas 20% da propriedade familiar na Floresta Amazônica.

O gerente de Uso Sustentável da Água e do Solo da Agência Nacional de Águas (ANA), Devanir Garcia dos Santos, lembrou

que 18% da água potável do mundo está no Brasil e afirmou que a quantidade e a qualidade da água estão diretamente relacionadas com a condição e a preservação do solo.

– O problema não é produzir ou deixar de produzir, mas produzir adequadamente – disse.

O gerente da ANA ainda defendeu a manutenção de 30 metros de mata ciliar, como prevê o novo Código Florestal, e de 50 metros de mata nativa na área de nascente. Porém, criticou o novo código pela previsão de possibilidade de redução de metragem de preservação de área nativa e por possibilitar anistia a quem desmatou.

Ana Amélia espera que novo código ajude a evitar possível êxodo rural de cerca de 5 mil pessoas



Edson Martins, Luís Carlos Silva Moraes, Ana Amélia, Antônio da Luz, Devanir Garcia dos Santos e Anselmo de Jesus na CRA

## Audiência mobiliza participação popular direta pela internet

Os participantes da audiência pública da CRA foram acionados para responder a vários questionamentos enviados por cidadãos pela internet. A senadora Ana Amélia (PP-RS) destacou, por exemplo, mensagem enviada por Ciro Fernando Siqueira, de Paragominas (PA), preocupado com a destruição de áreas agrícolas para recomposição ambiental. O representante da Farsul, Antônio da Luz, explicou que há áreas para plantio e áreas de preservação, de modo que não é necessário destruir.

O debate também foi acompanhado por servidores públicos, representantes de entidades ambientais, estudantes e

interessados no tema. Eduardo Candorelli questionou a diferença de opinião entre o Ministério do Meio Ambiente, que defende 100 metros de mata ciliar, e a Agência Nacional de Águas (ANA), que defende 30 metros. O gerente da ANA, Devanir Garcia dos Santos, disse que a medida de 30 metros é suficiente do ponto de vista dos recursos hídricos.

Raul do Valle, representante do Instituto Socioambiental (ISA), questionou dados dos custos da recomposição ambiental apresentados pelo procurador Luís Carlos Moraes. Pela experiência do ISA, disse ele, é possível fazer recomposição a valores mais razoáveis.

## Para Gurgacz, debates reforçam o papel da CRA

Acir Gurgacz (PDT-RO), presidente da CRA, lembrou os trabalhos no primeiro semestre e destacou a presença de especialistas, cientistas e agricultores nos debates. O senador também elogiou a participação popular em todos os debates, por telefone e pela internet.

De acordo com o parlamentar, os 13 seminários ajudaram a CRA a apontar soluções e cumprir seu papel de auxiliar a agricultura e o país.

Gurgacz ainda elogiou a persistência do agricultor brasileiro e a participação do governo no setor. No entanto, cobrou mais apoio oficial para o produtor familiar.



## CCJ vota amanhã duas indicações para o STJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado examina amanhã, a partir das 14h, a indicação de dois novos integrantes para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os senadores do colegiado votarão, em reunião extraordinária, as mensagens indicando os desembargadores Marco Aurelio Bellizze Oliveira e Marco Aurélio Gastaldi Buzzi.

Marco Aurelio Bellizze Oliveira foi indicado para a vaga aberta em decorrência da nomeação do ministro Luiz Fux como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Bellizze é desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro desde 2004. Sua indicação tem como relator na CCJ o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que deu voto favorável à proposta.

Já Marco Aurélio Gastaldi Buzzi é desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina desde 2002 e deve ocupar a vaga resultante da aposentadoria do ministro Paulo Geraldo de Oliveira Medina. O relator da indicação é o senador Luiz Henrique (PMDB-SC), também com voto favorável à aprovação.

O Superior Tribunal de Justiça é composto de, no mínimo, 33 membros, escolhidos entre cidadãos com idades de 35 a 65 anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada. Pela Constituição, cabe ao Senado aprovar previamente, por votação secreta e maioria absoluta, os ministros do STJ, indicados pela presidente da República. Depois de aprovadas na CCJ, as indicações seguem para votação em Plenário.

Pequenos ajustes não são suficientes para enfrentar problemas econômicos estruturais, afirmou o senador. Ele também fez críticas ao programa Ciência sem Fronteiras

# Cristovam aponta limites no plano Brasil Maior

FALTA AMBIÇÃO E profundidade ao conjunto de medidas para estimular a indústria nacional anunciado pelo governo com o plano Brasil Maior, avaliou, na sexta-feira, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF). O plano é insuficiente, resumiu.

Cristovam comparou o plano a um automóvel para salientar a necessidade de promover uma mudança estrutural e não realizar apenas "pequenos ajustes" na economia brasileira.

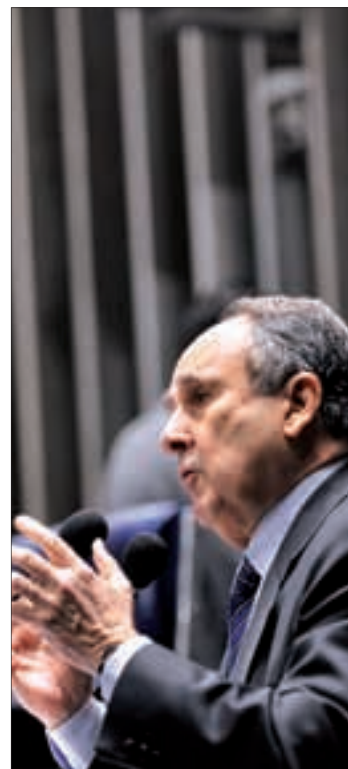
– Na verdade, tanto o Brasil como a Europa, como o mundo, estamos querendo colocar gasolina em um carro sem gasolina, mas querendo continuar no mesmo caminho. E o nosso problema não está apenas no carro. Está no caminho que a gente segue. Podemos encher o tanque de gasolina, com tanta gasolina que ele ande. Mas, mais adiante, ele para de novo, porque há uma crise muito mais

profunda, estrutural, a enfrentar – explicou o senador.

## Bolsas de estudo

Cristovam também fez críticas ao programa Ciência sem Fronteiras, lançado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Para ele, a concessão de 75 mil bolsas de intercâmbio para estudantes e pesquisadores até 2014 não resolverá o problema da educação no país.

– Nossos jovens que vão receber essas bolsas não estão suficientemente preparados para aprender tudo aquilo que é preciso no exterior, porque nossa educação de base é ruim, e a gente não vê ninguém falando na educação de base, nem quando faz um programa de mais bolsas para graduação e pós-graduação e nem quando faz um programa de uma nova política industrial – disse o senador.



Geraldo Magela/Senado Federal

Ninguém fala no que importa: a educação de base, afirma Cristovam

## "Iniciativa pode ser embrião da reforma tributária"

O plano de estímulo à indústria nacional lançado esta semana pela presidente Dilma Rousseff "tem tudo para ser o embrião de uma esperada reforma tributária geral", afirmou Acir Gurgacz (PDT-RO).

– O plano representa uma proposta oportuna e inteligente para estimular a indústria brasileira, que vem sofrendo com a redução da demanda interna – declarou.

Lembrando que estão programadas desonerações na folha de pagamento dos setores calçadista, têxtil, de móveis e de software, o senador defendeu a inclusão de mais segmentos nessa "nova base tributária".

Gurgacz também manifestou apoio à redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cobrado do setor automobilístico, mas argumentou que, da mesma forma como ocorreu em 2008, essa redução tem de

ser repassada aos consumidores finais.

O senador propôs a adoção de medidas como o aumento do teto de ingresso no Simples Nacional (regime simplificado

de pagamento de tributos que beneficia micro e pequenas empresas) e do teto para que um empresário seja classificado como microempreendedor individual. Dessa forma, assinalou Gurgacz, o microempreendedor individual poderá ser beneficiado pelo Simples Nacional. Essa medida está prevista em projeto (PLS 195/10) de sua autoria que aguarda votação no Plenário.

## Ensino técnico

O senador disse que a política educacional é fundamental para o desenvolvimento da indústria, e que "é preciso desencadear, imediatamente, uma política de ensino técnico intimamente vinculada à nossa indústria, com uma visão de futuro que mescle as necessidades da nação com os anseios e a vocação da iniciativa privada".



Geraldo Magela/Senado Federal

Acir Gurgacz sugere uma política de ensino técnico vinculada à indústria

## Anibal Diniz homenageia dois religiosos

Anibal Diniz (PT-AC) homenageou dois religiosos cujas trajetórias foram marcadas por importantes trabalhos comunitários e sociais realizados no Acre: o catarinense dom Moacyr Grechi, atual arcebispo de Porto Velho, e o italiano Paolino Baldassari, pároco de Sena Madureira (AC).

O senador apontou o envolvimento de dom Moacyr Grechi na formação das comunidades eclesiais de base (CEBs) e na própria formação do PT no Acre. Já padre Paolino Baldassari se fixou em Sena Madureira há mais de 40 anos, para prestar assistência espiritual, social e à saúde aos moradores da região. O sacerdote cobra maior envolvimento do poder público no combate ao alcoolismo que ameaça algumas tribos do Alto Purus, disse.



Geraldo Magela/Senado Federal

Senador aponta trabalhos comunitários dos padres

## Senadores avaliam troca na Defesa

A saída de Nelson Jobim do Ministério da Defesa já era inevitável, afirmou Humberto Costa (PT-PE), que elogiou a nomeação do ex-chanceler Celso Amorim para o cargo. Já Cyro Miranda (PSDB-GO) considerou que Amorim não tem o perfil adequado para assumir o ministério.

Para Humberto, as declarações dadas recentemente por Nelson Jobim provocaram constrangimento à presidente Dilma Rousseff e não restava muito a fazer.

– Acredito que ele tinha feito a escolha por sair e estava apenas esperando o momento adequado – declarou o parlamentar.

Humberto avalia que o governo sai fortalecido com a nomeação do ex-chanceler Celso Amorim para o cargo. Segundo o senador, Amorim "entende de geopolítica e goza de respeitabilidade no país e no exterior".

Já Cyro Miranda criticou a mudança:

– A gente sente que a presidente não tem quadros. Estamos falando de um ministro que é extremamente correto, até hoje não tem um senão. A troca é muito desvantajosa.

## Paim quer que bancos paguem previdência sobre faturamento

Em discurso na semana passada, Paulo Paim (PT-RS) elogiou o plano lançado pelo governo para estímulo a diversos segmentos da indústria, o que inclui a desoneração da folha de pagamento de setores com grande volume de mão de obra, como confecção, móveis e softwares. Isso será realizado até 2012, por meio de um projeto piloto a ser avaliado pelo governo, sindicatos e setor privado.

Paim disse que a iniciativa ainda pode ser melhorada e lembrou projeto de lei (PLS 205/04), de sua autoria, propondo que a cobrança previdenciária seja sobre o faturamento da empresa, e não sobre a folha de pagamento.

– A presidenta Dilma anuncia que a incidência sobre a folha de pagamento, que era 20% sobre

o total da folha, para inúmeros setores – para mim, outros deveriam entrar –, passou a ser zero. Mas estranhei que os bancos não tenham entrado. O que os bancos fazem? Faturam muito e

empregam muito pouco. Então, é claro que os bancos optaram por ficar com a incidência sobre a folha e não sobre o faturamento ou o lucro. Eu gostaria que também os bancos tivessem entrado

aqui. Ai, sim, estaríamos alavancando ainda mais o superávit da Previdência.

O senador acredita que a modificação proposta em seu projeto poderia ser incorporada ao plano federal de incentivo à atividade econômica

– O argumento que eu usava era de que não é justo que uma empresa de calçado ou de móveis, ou mesmo do setor metalúrgico, que cumpre a sua função social gerando milhões de empregos, pague sobre a folha, e o banco, que fatura muito e emprega muito pouca gente, porque é tudo informatizado, pague sobre a folha também. Então, é tudo sobre o faturamento ou não dá para botar só aquele que fatura pouco e emprega mais.



Waldemir Borretto/Senado Federal

Senador Paulo Paim lembra que bancos "faturam muito e empregam pouco"